

Poiesis - Instituto
de Apoio à Cultura,
à Língua e à
Literatura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3840-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que o auditor, ao realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser ocasionadas de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Flavio Grizzuti Gonçalves
Contador CRC SP290537/O-2

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Réis)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		60	71	Projetos a executar	6	8.172	3.668
Recursos vinculados a projetos	4	14.057	8.780	Contas a pagar	7	1.847	1.398
Despesas antecipadas		589	462	Obrigações tributárias		1.285	74
Outros créditos		15	28	Obrigações trabalhistas	8	1.125	1.022
Total de ativo circulante		15.419	9.307	Provisão de despesas futuras		2.707	2.169
Recursos vinculados a projetos	4	1.725	2.202	Total do passivo circulante		15.176	9.322
Depósitos judiciais		104	90	Projetos a executar	6	1.728	1.263
Total realizável a longo prazo		1.829	2.292	Provisão para contingências	9	117	90
Inutilizados	5	5.260	1.429	Obrigações com o Estado - Inutilizados	6	1.161	3.329
Total do ativo não circulante		5.692	3.781	Total do passivo não circulante		5.215	5.692
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		74	60
				Superávit acumulado		56	14
				Total do patrimônio líquido		130	74
Total do ativo		20.517	13.609	Total de passivos		20.518	12.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Póiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12.a	57.587	50.922
Convênios (Termos de Fomento)	12.b	551	275
Outras receitas		1	30
Voluntários	2.h	156	156
Total de receitas		58.295	51.383
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(41.994)	(30.656)
Despesas gerais (produção cultural)	14	(11.948)	(9.252)
Serviços profissionais	15	(6.284)	(6.743)
Gerais e administrativas	16	(5.268)	(3.815)
Despesas divulgação e comunicação		(154)	(79)
Depreciação e amortização		(1.626)	(457)
Outras despesas		(1.216)	(131)
Voluntários	2.h	(156)	(156)
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		(58.156)	(51.283)
Despesas financeiras		(83)	(89)
		(58.239)	(51.392)
Superávit do exercício		56	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	56	14
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	56	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do património líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Património social	(Débitos)/ Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	62	(12)	50
Incorporação do superávit ao património social	(21)	2	-
Superávit do exercício	1	14	14
Saldos em 31 de dezembro de 2017	60	14	74
Incorporação do superávit ao património social	14	(14)	-
Superávit do exercício	-	55	55
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74	56	130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	56	14
Ajustes por:		
Banco de inutilizado	13	71
Depreciação e amortização	1.023	457
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)redução nos ativos em:		
Recursos vinculados a projetos	(5.396)	(3.896)
Outros créditos e despesas antecipadas	(226)	171
(Redução)pagamento nos passivos em:		
Projetos a executar	3.470	4.048
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	196	(544)
Contas a pagar, obrigações tributárias e contingências	1.730	(188)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>894</u>	<u>145</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(867)</u>	<u>(135)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	<u>(867)</u>	<u>(135)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>27</u>	<u>10</u>
Caixa equivalente de caixa em: 1º de janeiro	33	23
Caixa equivalente de caixa em: 31 de dezembro	<u>60</u>	<u>33</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>27</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura ("Poesis" ou "Entidade"), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poesis como uma "Entidade da área da cultura", com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Cultura de São Paulo, podendo também firmar parcerias e outros termos de colaboração para desenvolvimento de projetos culturais com instituições públicas e privadas ou através de patrocínio ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de fevereiro de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.e (ii) - vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 9 - Provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos - contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado com base no método de juros efetivos.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2017, incluindo operações de *hedge*.

b. *Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas*

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e outros ajustes que envolvam recursos públicos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar. A liquidação financeira das despesas é reconhecida em contrapartida ao crédito de recursos vinculados a projetos.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamentos de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de escritório	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto incidente sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2017) referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Caixa	78	532
Aplicações financeiras	16.307	10.475
	<u>16.385</u>	<u>11.007</u>
Ativo circulante	14.657	8.784
Ativo não circulante	1.728	2.263
	<u>16.385</u>	<u>11.047</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 95% e 85% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2018 (100% a 90% em 2017).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura.

5 Imobilizado

	01/01/2018 Custo	Adições	Baixas	31/12/18 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.750	346	(30)	1.822
Equipamentos de Informática	1.111	182	(33)	1.252
Móveis e Utensílios	1.613	222	(17)	1.818
Equipamentos de som e luz	1.276	155	(6)	1.367
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	214	37	-	251
Equipamentos de telecomunicações	55	26	(1)	80
Software	207	-	-	207
Total	6.115	673	(85)	7.007

	01/01/2018 Depreciação	Adições	Baixas	31/12/18 Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(505)	(758)	30	(1.233)
Equipamentos de Informática	(622)	(221)	22	(821)
Móveis e Utensílios	(554)	(166)	15	(705)
Equipamentos de som e luz	(377)	(295)	1	(671)
Máquinas e Equipamentos	(38)	(7)	-	(45)
Instalações	(65)	(33)	-	(98)
Equipamentos de telecomunicações	(17)	(12)	1	(28)
Software	(134)	(28)	-	(162)
Total	(2.856)	(1.023)	52	(3.817)
Saldo líquido	3.259	(356)	(33)	3.207

	01/01/2017 Custo	Adições	Baixas	31/12/17 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.725	32	(23)	1.732
Equipamentos de Informática	1.143	27	(33)	1.132
Móveis e Utensílios	1.633	40	(45)	1.652
Equipamentos de som e luz	1.210	6	-	1.216
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	205	12	(2)	215
Equipamentos de telecomunicações	38	17	(1)	55
Software	207	-	-	207
Total	6.290	135	(102)	6.115

	31/12/2017			31/12/17
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(816)	(97)	5	(908)
Equipamentos de informática	(533)	(118)	28	(623)
Móveis e Utensílios	(412)	(127)	4	(535)
Equipamentos de cozinha	(52)	(5)	-	(57)
Máquinas e Equipamentos	(23)	(15)	-	(38)
Instalações	(46)	(7)	2	(51)
Equipamentos de telecomunicações	(11)	(6)	-	(17)
Software	(166)	(24)	-	(190)
Total	(2.169)	(457)	39	(2.587)
Saldo líquido	1.222	(321)	(7,1)	1.429

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Pointis - Instituto de Apoio à Cultura, à Infância e à Literatura
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Saldo em 2016	Valores Recebíveis	Captação de Recursos	Recebimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizável	Transferência	Resolução de Recursos	Saldo em 2017
Projetos a executar									
Contorno de Gestão: nº 0622015	1.152	2.100	1.004	217	(11.916)	111	-	-	2.029
Contorno de Gestão: nº 0522015 (1)	705	2.674	103	118	(3.821)	(90)	(463)	(131)	-
Contorno de Gestão: nº 075016	(984)	34.500	511	178	(32.052)	(321)	-	-	3.411
Contorno de Gestão: nº 015017	-	2.274	127	47	(2.640)	(15)	444	-	282
Tecno FII	62	-	-	-	-	-	-	-	62
Convênio FIP	24	25	-	1	(121)	-	-	(71)	-
Contorno de Patrimônio (CF 2015)17	-	30	-	-	(88)	-	-	-	12
Mecenas - PRONAC 154923	-	250	-	18	(156)	-	-	-	42
Mecenas - PRONAC 159135	-	500	-	-	-	-	-	-	500
Contorno de Gestão: nº 302038	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total em projetos a executar	1.826	53.470	2.620	392	(50.688)	(751)	-	(133)	6,76
Total em projetos a executar como prazo	762	-	-	-	-	-	-	-	762
Total de projetos a executar - tempo prazo	1.064	-	-	-	-	-	-	-	2.524
	1.826	-	-	-	-	-	-	-	6.261
Obrigações com outros - imobilizáveis	3.322				(324)	133			3.329
Projetos a executar									
Contorno de Gestão: nº 0622015 (1)	2.038	10.498	1.342	195	(14.171)	(119)	-	-	1.086
Contorno de Gestão: nº 022016 (5)	2.311	41.121	462	409	(35.917)	(245)	-	-	7.742
Contorno de Gestão: nº 012017 (1)	949	6.437	216	26	(6.077)	(13)	-	-	538
Tecno FII	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Contorno de Patrimônio (CF 2015)17	12	72	-	3	(53)	-	-	-	32
Mecenas - PRONAC 154923	42	50	-	3	(313)	-	-	-	3
Mecenas - PRONAC 159135	500	250	-	15	(382)	-	-	-	363
Contorno de Gestão: nº 302038	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de projetos a executar	6.261	58.300	2.020	392	(37.125)	(497)	-	-	9.950
Total em projetos a executar como prazo	1.909	-	-	-	-	-	-	-	1.909
Total de projetos a executar - tempo prazo	2.261	-	-	-	-	-	-	-	1.723
	6.261	-	-	-	-	-	-	-	9.400
Obrigações com outros - imobilizáveis	1.378				(1.026)	803			3.160

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
 - **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
 - **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
 - **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.
- a. **Contrato de Gestão - 08/2013**

O Contrato de Gestão nº 08/2013, firmado em 27 de dezembro de 2013 com a Secretaria da Cultura, tem o propósito de dar continuidade à gestão do programa "Oficinas Culturais" pelo prazo de 54 meses a partir 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326.

Em 04 de setembro de 2014 foi firmado o 1º Termo Aditivo alterando o Plano de Trabalho de 2014. Com a inclusão de novas ações e acréscimo do repasses em R\$ 3.510, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 137.836.

Posteriormente, em consequência de sucessivas alterações nos Planos de Trabalho, promovidas por intermédio do 2º Termo Aditivo assinado em de 30 de dezembro de 2014, do 3º Termo de 27 de maio de 2015, do 4º Termo de 10 de junho de 2016, do 5º Termo firmado de 30 de março de 2017, e do 6º Termo de 13 de março de 2018, o valor do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 87.591, com o seguinte cronograma de liberação de recursos:

Repasses do Contrato de Gestão nº 08/2013	Recebidos	A receber	Total
2014	28.510	-	28.510
2015	18.875	-	18.875
2016	17.599	-	17.599
2017	12.109	-	12.109
2018	10.498	-	10.498
	<u>87.591</u>	<u>-</u>	<u>87.591</u>

O 6º Termo Aditivo também prevê a prorrogação do vencimento do Contrato de Gestão no. 08/2013, que passou a ser 31/12/2018. O encerramento do contrato se deu regularmente, e a correspondente prestação de contas final ocorrerá no prazo de de 90 dias a contar do seu vencimento.

Em 28 de dezembro de 2018 a Poiesis firmou com a Secretaria da Cultura o Contrato de Gestão nº. 05/2018, para dar continuidade ao programa "Oficinas Culturais" pelo prazo de 60 meses a contar de 1º de janeiro de 2019. O Contrato de Gestão prevê repasses anuais de R\$ 11.056 em 2019 e de R\$ R\$ 11.050 nos subsequentes, totalizando R\$ 55.256.

Repasse do Contrato de Gestão nº 05/2018	Recebidos	A receber	Total
2019	-	11.056	11.056
2020	-	11.050	11.050
2021	-	11.050	11.050
2022	-	11.050	11.050
2023	-	11.050	11.050
		<u>55.256</u>	<u>55.256</u>

b. Contrato de Gestão - 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria da Cultura de São Paulo e a Poiesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casas das Rosas e Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses, prorrogado pelo 4º Aditivo para 29 de junho de 2017.

O Contrato de Gestão firmado previa inicialmente o repasse à Entidade da importância global estimada de R\$ 27.510. Por meio do 2º Termo Aditivo, que veio a ser firmado em 11 de janeiro 2015, o valor global do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 27.710.

Em 12 de maio de 2015, mediante o 3º Termo de Aditamento, o Contrato de Gestão teve seu valor alterado para R\$ 26.909, e, em razão de 4º Aditivo de 29 de dezembro de 2015 e do 5º Aditivo de 30 de junho de 2016, seu prazo de vigência estendido 29 de junho de 2017, com consequente alteração de seu valor para R\$ 29.504, distribuído da seguinte forma nos exercícios:

Repasse do Contrato de Gestão nº 5/2012	Recebidos	A Receber	Total
2012	3.315	-	3.315
2013	5.951	-	5.951
2014	6.272	-	6.272
2015	5.943	-	5.943
2016	5.340	-	5.340
2017	2.674	-	2.674
	<u>29.504</u>	-	<u>29.504</u>

O encerramento do Contrato de Gestão se deu regularmente na data prevista de 29 de junho de 2017, com apuração de recursos não utilizados de R\$ 497. O excedente financeiro foi integralmente restituído à Secretaria da Cultura, sendo R\$ 51 diretamente junto aos cofres do Tesouro Estadual, e o saldo de R\$ 446 transferido como aporte inicial do novo Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado em 1º de julho de 2017 pela Poiesis para desenvolvimento do programa Museus-casa literários no período de 1º de julho de 2017 a 30 de de junho de 2022. (item d abaixo).

c. Contrato de Gestão - 2/2016

Em 30 de junho de 2016, a Poesis firmou com a Secretaria da Cultura de São Paulo o Contrato de Gestão nº 2/2016 para dar continuidade às ações do Programa Fábricas de Cultura nas unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz, pelo prazo de 54 meses, de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses previstos da ordem de R\$ 145.175.

O Contrato de Gestão teve o seu valor total de repasses sucessivamente elevado para R\$ 150.574 com as assinaturas do 2º Termo de Aditamento em 18 de outubro de 2017, e do 3º Termo em 05 de abril de 2018. Posteriormente, com a assinatura em 31 de agosto de 2018 de 4º Termo Aditivo, o Contrato de Gestão passou também a contemplar a gestão de mais uma unidade localizada no município de Diadema (SP), e por força do 5º Termo Aditivo firmado em 20 de dezembro de 2018, teve o valor total de repasses previstos elevado para R\$ 170.008, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 2/2016	Recebidos	A Receber	Total
2016	17.653	-	17.653
2017	34.580	-	34.580
2018	41.181	-	41.181
2019	-	38.297	38.297
2020	-	38.297	38.297
	<u>93.414</u>	<u>76.594</u>	<u>170.008</u>

d. Contrato de Gestão - 1/2017

A Poesis, selecionada em processo de chamada pública, firmou em 1º de julho de 2017 com a Secretaria da Cultura, o Contrato de Gestão nº 1/2017, para dar sequência ao gerenciamento e execução de atividades a serem desenvolvidas na rede de museus-casas literários Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade (item **b.** acima). O Contrato de Gestão tem prazo de vigência até 30 de junho de 2022, e prevê repasses totais da ordem de R\$ 31.708, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 1/2017	Recebidos	A Receber	Total
2017	2.674	-	2.674
2018	6.452	-	6.452
2019	-	6.452	6.452
2020	-	6.452	6.452
2021	-	6.452	6.452
2022	-	3.226	3.226
	<u>9.126</u>	<u>22.582</u>	<u>31.708</u>

Dos valores recebidos no exercício de 2017, R\$ 400 provieram do excedente financeiro apurado por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão nº 5/2012 (item **b.** acima), assim como o montante de R\$ 46 que passou a integrar adicionalmente o valor de reservas de contingência do Contrato de Gestão, sem prejuízo do valor a ser repassado pela Secretaria de Estado da Cultura

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2018 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2019.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios (Termos de Fomento)

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

Em 2018 a Poesis manteve as seguintes parcerias:

- Ministério da Cultura, Diretoria de Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas, envolvendo repasses de R\$ 116 em parcela única totalmente efetivada em junho 2016, para a realização da 4ª Edição do FLI - Festival Literário de Iguape, no município de Iguape (SP). Parceria em fase de encerramento e prestação de contas final;
- Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundo Estadual de Interesses Difusos, para ações de preservação e difusão do acervo da Casa Guilherme de Almeida. O ajuste previa repasses da ordem de R\$ 183 no período de 9 meses a contar de junho de 2016. Em 2017 foram repassados R\$ 83 (R\$ 100 em 2016). Projeto encerrado regulamentemente na data de seu vencimento, com prestação de contas realizada e devolução do saldo remanescente de recursos não aplicado de R\$ 7;

- Caixa Econômica Federal, para ações de extroversão do acervo e de difusão cultural do Museu Casa Guilherme de Almeida, em Contrato de Patrocínio firmado em 25 de outubro de 2017 e com vigência até 30 de março de 2019, no valor global de R\$ 150. Em 2017 foram repassados R\$ 30, em 2018 R\$ 75, e o saldo remanescente de R\$ 45 deverá ocorrer no 1º semestre de 2019;
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 154923, para execução de projeto "Itinerância Espetáculos Núcleo Luz", vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item c. acima), com vigência prorrogada até 2018. O projeto aprovado prevê captação de recursos incentivados de até R\$ 979, tendo sido R\$ 200 obtidos em 2017 e R\$ 50 em 2018, e
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 179255, para execução do projeto "Programa Anual Fábricas de Cultura Norte e Sul 2018", também vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item c. acima). O valor total aprovado para o projeto é de R\$ 2.083, e em 2017 foi captado R\$ 500 e R\$ 250 em 2018.

7 Contas a pagar

	2018	2017
Fornecedores	657	362
Prestadores de serviços	1.236	1.036
	<u>1.893</u>	<u>1.398</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2018	2017
INSS a recolher	381	522
JRRF a recolher	262	242
FGTS a recolher	182	159
FIS sobre folha de pagamento a recolher	28	38
INSS a recolher	21	21
Salários a pagar	26	33
Serviços prestados por autônomos a pagar	23	14
Outras	1	15
	<u>1.125</u>	<u>1.044</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que passam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade figura como reclamada em 6 ações de natureza trabalhista (6 em 2017). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 317 (R\$ 300 em 2017), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.051 (R\$ 1.405 em 2017) de processos com probabilidade de perda possível de natureza trabalhista.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2018 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2017), conforme mencionado na nota explicativa 3.b)

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2018	2017
Contrato de Gestão nº 08/2013	12.366	10.541
Contrato de Gestão nº 05/2012	-	3.533
Contrato de Gestão nº 02/2016	35.899	31.478
Contrato de Gestão nº 01/2017	6.240	2.441
Receitas financeiras	682	759
Parcerias	2.045	1.926
Aluguel de espaço	186	168
Outros	319	76
	<u>57.587</u>	<u>50.922</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

b. Convênios (Termos de Fomento)

	2018	2017
Convênio FID	-	100
Mecenato - PRONAC 154923	212	138
Mecenato - PRONAC 179555	362	-
Contrato de Patrocínio CFE 2033/17	55	18
Receitas Financeiras	22	19
	<u>551</u>	<u>275</u>

13 Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários, horas extras e outros	17.014	16.586
Encargos	6.117	5.674
Benefícios	4.357	3.778
Féris e encargos	2.588	2.771
13º e encargos	1.918	1.847
	<u>31.994</u>	<u>30.656</u>

14 Despesa gerais com produção cultural

	2018	2017
Serviços artísticos	8.509	6.748
Materiais de produção	1.987	1.587
Despesas com transporte	618	432
Serviços técnicos de produção	440	279
Aquisição de acervo	210	38
Viagens e estadias	107	62
Cooperativas	74	106
Direitos autorais	3	-
	<u>11.948</u>	<u>9.252</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2018	2017
Serviços de limpeza e vigilância	5.228	5.446
Assessoria em T.L.	455	459
Assessoria contábil	273	377
Assessoria jurídica	222	264
Assessoria em elaboração de projetos	75	159
Outros serviços especializados	31	40
	<u>6.284</u>	<u>6.745</u>

16 Gerais e administrativas

	2018	2017
Conservação e manutenção	2.585	2.161
Serviços de utilidade pública	880	758
Aluguel e condomínio	556	623
Material de escritório e outros	350	283
Telefones	187	354
Locações	124	152
Seguros	98	81
Contingência trabalhistas	63	166
Viagens e estadas	1	39
Outros	524	198
	<u>5.368</u>	<u>3.815</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços),
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeita aos valores de:

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avals, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2018 e 2017.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- **IRPJ** (Imposto de renda da Pessoa Jurídica) **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- **ISSQN** (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza): isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido, observada, em cada período de competência, a alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).
- **COFINS** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

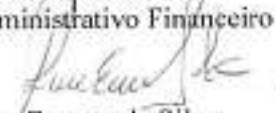
20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade mantinha cobertura de seguros contra riscos operacionais estimados em R\$ 76.800 (R\$ 67.170 em 2017), e de R\$ 8.900 (R\$ 7.000 em 2017) para riscos de responsabilidade civil.

* * *

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo

Plínio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro


Adilson Ernesto da Silva
Accountant CRC 1SP266387/O-7